

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ
Carlos Alberto Richa
Governador

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
E COORDENAÇÃO GERAL
Cassio Taniguchi
Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES

Gilmar Mendes Lourenço
Diretor-Presidente

Emilio Kenji Shibata
Diretor Administrativo-Financeiro

Julio Takeshi Suzuki Júnior
Diretor do Centro de Pesquisa

Daniel Nojima
Diretor do Centro Estadual de Estatística

EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti
Supervisão editorial

Ana Batista Martins
Diagramação

Estelita Sandra de Matias
Revisão de texto

Stella Maris Gazziero
Projeto gráfico

O DESEMPREGO NA RMC EM MARÇO DE 2011

*Gilmar Mendes Lourenço**

A taxa de desemprego na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), estimada com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foi de 3,8% da População Economicamente Ativa (PEA) em março de 2011, a menor para o mês da série histórica, contra 4,0% em fevereiro de 2011 e 5,5% em março de 2010.

Mesmo não fazendo parte da determinação da média nacional, que abrange seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre), a taxa de desemprego da RMC foi a menor do Brasil. O desemprego no País situou-se em 6,5% da PEA, também o menor nível para o mês de março, desde o começo da nova série em 2002, contra 6,4% em fevereiro de 2011 e 7,6% em março de 2010.

O rendimento médio real do pessoal ocupado foi de R\$ 1.682,30 na RMC, em março de 2011, 3,3% e 4,4% superior ao observado em fevereiro de 2011 e março de 2010, respectivamente, sendo o maior do País, 8,0% acima da média nacional. No Brasil, os rendimentos alcançaram R\$ 1.557,00 em março de 2011, com incremento de 0,5% e 3,8% em relação a fevereiro de 2011 e março de 2010, respectivamente.

É preciso atentar que maiores rendimentos auferidos pelos trabalhadores conformam, ao mesmo tempo, potencial de mercado e custos para as empresas. Este último componente pode vir a representar algum atrapalho adicional em um ambiente bastante acirrado de disputa por novos investimentos produtivos entre os estados brasileiros.

Como se vê, a trajetória descendente do desemprego e crescente dos rendimentos ainda rejeita as hipóteses de ocorrência de desaceleração da economia, como resultado das providências de contenção monetária praticadas pelo governo federal desde o final de 2010. Os cortes orçamentários da União se resumiram aos restos a pagar, excluindo as despesas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Ao contrário, ainda são evidentes os sinais de aquecimento das atividades produtivas, principalmente, no caso da RMC, nos segmentos industriais e comerciais de bens duráveis (automóveis e eletrodomésticos), construção civil e serviços, cuja demanda é movida a emprego, salário e crédito. Aliás, a RMC foi responsável por 36,5% do acréscimo de 50.935 postos formais de trabalho verificado no Estado do Paraná, nos primeiros três meses de 2011. Por seu turno, a evolução ocorrida no Paraná correspondeu a 8,7% da geração líquida de empregos do País naquele intervalo, conforme levantamento do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

O eixo de medidas de contração lançadas pelas autoridades econômicas é constituído pela elevação dos juros e pelo uso das chamadas ferramentas macroprudenciais, especialmente o aumento dos recolhimentos compulsórios dos bancos junto ao Banco Central, a ampliação da proporção do capital mínimo das instituições em relação ao volume de empréstimos, a diminuição dos prazos de cobertura das prestações, a fixação de piso de pagamento de 15,0% da fatura dos cartões de crédito etc.

Mas, convém reconhecer que, em algum momento, as ações de ajuste macroeconômico apanharão um país apresentando maior patamar de endividamento dos consumidores e pronunciada discrepância entre as taxas de desemprego nas distintas áreas, experimentando o pico de 10,5% em Salvador e pisos de 4,9% no Rio de Janeiro e 3,8% em Curitiba.

Na verdade, as estatísticas da PME revelam dinâmicas ainda bastante heterogêneas do mercado de trabalho, sintetizadas em maiores rendimentos médios nas regiões mais industrializadas e menores performances nas áreas do Nordeste, por exemplo. O rendimento médio real, em março de 2011, foi de R\$ 1.678,00 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, R\$ 1.663,30 na de São Paulo, R\$ 1.514,40 na de Porto Alegre, R\$ 1.452,20 na de Belo Horizonte, R\$ 1.197,00 na de Salvador e R\$ 1.095,20 na de Recife. Conforme já observado, para a RMC o rendimento chegou a R\$ 1.682,30.

Outro ponto a ser ressaltado compreende o caráter incompleto da medição do desemprego, abrangendo alguns espaços metropolitanos, sem considerar o funcionamento das estruturas produtivas do interior do País, as ocupações precárias e a desocupação por desalento.